



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000902-11.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **GIOVANNA VICTORIA APARECIDA GARGARELLA**
 Requerido: **TIM BRASIL SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter celebrado contrato de prestação de serviços de telefonia celular com a ré, o qual foi cancelado.

Alegou ainda que mesmo com tal cancelamento a ré lhe dirigiu cobrança sem que houvesse qualquer justificativa.

Salientou que para não ter outros desdobramentos resolveu pagar os débito que lhes foram dirigidos indevidamente.

Requer a devolução dos valores que pagou e o


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

recebimento de indenização por danos morais.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como a autora ostenta esse status em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não demonstrou satisfatoriamente a legitimidade dos débitos em apreço.

Reconheceu inclusive que houve falha operacional do sistema, mas que constatado o equívoco agiu de forma a solucionar os problemas da autora.

A conjugação desses elementos conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

De um lado, a autora comprovou a contento o ajuste celebrado com a ré para o cancelamento de contrato que tinham firmado, o que por óbvio implicava que não mais ocorreriam pagamentos daí decorrentes.

Não obstante, eles tornaram a ter lugar.

De outro lado, a ré não apresentou ao longo de todo o processo provas concretas de que tivesse justificativa para a realização de cobranças por contrato já cancelado, inclusive também não demonstrou que diligenciou de forma a resolver os problemas da autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Em consequência, a restituição da importância detalhada a fl. 01 é de rigor, até mesmo para evitar o inconcebível enriquecimento sem causa da ré em detrimento da autora ao receber quantia sem a devida contraprestação.

Outrossim, reputo que a autora também sofreu danos morais.

Ainda que nada devesse à ré, esta passou a cobrá-la de maneira insistente e, o que é pior, com ameaça de inscrever seu nome no banco de dados dos órgãos de proteção ao crédito (fl.11)

Percebe-se, assim, que ao menos na hipótese vertente a ré não dispensou à autora o tratamento que lhe seria exigível, provocando-lhe desgaste de vulto, muito superior aos meros dissabores próprios da vida cotidiana, e que basta para a caracterização dos danos morais.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** ação para: (1) condenar o ré a restituir à autora a quantia de R\$102,39 acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação; (2) condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 2.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 25 de abril de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA